

NE1400
Investimento
Imobiliário S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e relatório do auditor independente.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
NE1400 Investimento Imobiliário S.A.
Recife – PE

Opinião adversa

Examinamos as demonstrações financeiras da NE1400 Investimento Imobiliário S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, devido à importância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião adversa”, as demonstrações financeiras acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NE1400 Investimento Imobiliário S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião adversa

Conforme mencionado nas notas explicativas nos. 6.1 e 11 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na demonstração do resultado, receita de venda de imóveis no valor de R\$ 17.890 mil (2024: R\$ 42.259 mil), pelo regime de caixa, das unidades autônomas relativas ao empreendimento RioMar Trade Center 4 e 5. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que as receitas sejam reconhecidas quando a entidade satisfizer a obrigação de performance ao transferir o controle do bem ou o serviço prometido ao cliente que, nesta atividade de negócio, ocorre quando da transferência da propriedade ao cliente (entrega das chaves). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2025, os ativos apresentados a menor em R\$ 10.011 mil (2024: 8.718 mil) e o passivo apresentado a menor em R\$ 535 mil em 2024. O patrimônio líquido está apresentado a menor em R\$ 10.011 mil (2024: R\$ 8.183 mil) e o resultado do exercício está apresentados a maior em R\$ 12.530 mil (2024: a menor em 21.215 mil), líquido dos correspondentes efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 03 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

NE1400 Investimento Imobiliário S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.746	5.152	Fornecedores		59	396
Estoques	9	2.721	4.831	Contas a pagar a empresa ligada	13	200	126
Tributos a recuperar		56	-	Salários e encargos		20	15
				Tributos a pagar		111	82
Total do ativo circulante		7.523	9.983	Dividendos propostos	10 (c)	1.263	3.511
Não circulante				Total do passivo circulante		1.653	4.130
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido			
Depósitos judiciais		109	109	Capital social	10	5.000	5.000
Total do realizável a longo prazo		109	109	Reservas de lucros		1.000	1.000
Imobilizado	6.8	21	38	Total do patrimônio líquido		6.000	6.000
Total do ativo não circulante		130	147				
Total do ativo		7.653	10.130	Total do passivo e patrimônio líquido		7.653	10.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE1400 Investimento Imobiliário S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	11	17.467	41.357
Custos dos imóveis vendidos	6.2	<u>(2.490)</u>	<u>(30.217)</u>
Lucro bruto		14.977	11.140
Despesas administrativas			
Gerais	12	(2.300)	(3.509)
Depreciação		(17)	(21)
Outras receitas		<u>-</u>	<u>80</u>
Lucro operacional		12.660	7.690
Receitas financeiras	6.3	2.989	1.737
Despesas financeiras		<u>(7)</u>	<u>(29)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.642	9.398
Imposto de renda	6.5	(370)	(705)
Contribuição social	6.5	<u>(184)</u>	<u>(352)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>15.088</u>	<u>8.341</u>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		<u>5.000</u>	<u>5.000</u>
Lucro por ação do capital social no fim do exercício - R\$		<u>3,02</u>	<u>1,67</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE1400 Investimento Imobiliário S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	<u>15.088</u>	<u>8.341</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>15.088</u></u>	<u><u>8.341</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE1400 Investimento Imobiliário S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		13.250	2.650	21.520	-	37.420	
Redução de capital	10 (a)	(8.250)	-	-	-	(8.250)	
Reversão de reserva legal	10 (b)	-	(1.650)	1.650	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.341	8.341	
Realização de reserva de retenção de lucro	10 (b)	-	-	(23.170)	23.170	-	
Dividendos antecipados	10 (c)	-	-	-	(28.000)	(28.000)	
Dividendos propostos	10 (c)	-	-	-	(3.511)	(3.511)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.000	1.000	-	-	6.000	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.088	15.088	
Dividendos antecipados	10 (c)	-	-	-	(13.825)	(13.825)	
Dividendos propostos	10 (c)	-	-	-	(1.263)	(1.263)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		5.000	1.000	-	-	6.000	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE1400 Investimento Imobiliário S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		15.642	9.398
<i>Ajustes:</i>			
Depreciação		17	21
Variações nos ativos e passivos			
Estoques		2.110	30.217
Tributos a recuperar		(56)	39
Outros ativos		-	1
Depósitos judiciais		-	(109)
Fornecedores		(337)	(157)
Contas a pagar a empresa ligada		74	(279)
Salários e encargos		5	(4)
Tributos a pagar		23	(33)
		<u>17.478</u>	<u>39.094</u>
Caixa gerado pelas operações		17.478	39.094
Imposto de renda e contribuição social pagos		(548)	(1.073)
		<u>16.930</u>	<u>38.021</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		16.930	38.021
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	10 (a)	-	(8.250)
Dividendos pagos		(17.336)	(30.000)
		<u>(17.336)</u>	<u>(30.000)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(17.336)	(38.250)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(406)	(229)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.152	5.381
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.746	5.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A NE1400 Investimento Imobiliário S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Recife-PE, que tem como objeto social o investimento em bens móveis e imóveis, loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, venda de imóveis adquiridos para revenda e administração e locação de bens móveis e imóveis.

A Companhia construiu o empreendimento Riomar Trade Center 4 e 5, localizado no Recife-PE, composto por duas torres empresariais, cujas unidades foram destinadas à venda.

Adicionalmente, a Companhia avalia a viabilidade da construção de um novo empreendimento no Recife-PE, que consistirá em uma torre empresarial, também com unidades destinadas à venda.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 03 de março de 2026.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração pode utilizar julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas devem ser revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos, estimativas e premissas

Não há julgamentos críticos, estimativas e premissas relevantes referentes às políticas e/ou transações contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos

nas demonstrações financeiras.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Reconhecimento da receita

As receitas de venda das unidades imobiliárias são registradas quando efetivamente recebidas.

Os distratos são contabilizados quando os instrumentos são firmados com os clientes e os valores são efetivamente pagos.

6.2 Custo dos imóveis vendidos

O custo dos imóveis vendidos é apropriado ao resultado no momento da entrega dos imóveis aos compradores, quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos.

6.3 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeira são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas financeiras referem-se substancialmente a rendimentos de aplicações financeiras, além de juros e atualização monetária decorrentes dos contratos de venda das unidades imobiliárias

6.4 Despesas administrativas

As despesas administrativas gerais referem-se principalmente a gastos compartilhados relativos à parcela do uso da infraestrutura administrativa mantida pelo Grupo JCPM (Nota 13) e a gastos com pessoal e serviços contratados, além de outras despesas necessárias para a condução das atividades da Companhia e estão registradas pelo regime de competência.

6.5 Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela Lei nº 10.931/04 (e alterações posteriores), que instituiu o Regime Especial de Tributação - RET, a Companhia optou por submeter seu empreendimento ao patrimônio de afetação.

Essa opção é irrevogável e irretroatável. Para esse empreendimento que aderiu ao RET, os encargos referentes ao imposto de renda, à contribuição social, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e ao Programa de Integração Social - PIS são calculados à razão de 4% sobre as receitas brutas. As demais receitas da Companhia, não pertencentes à incorporação, sofrem os encargos do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro presumido, às alíquotas aplicáveis.

6.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança

de valor.

6.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

6.8 Imobilizado

Referem-se a bens utilizados pela Companhia em suas operações, representados por máquinas e equipamentos, móveis e equipamentos de informática. É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas anuais que variam de 10% a 20%.

6.9 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como “ativos financeiros mensurados ao custo amortizado”, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, representados unicamente por principal e juros, não cotados em um mercado ativo, e estão apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). As receitas com juros provenientes destes ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Esses ativos compreendem as aplicações financeiras, depósitos judiciais e outros ativos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo e sem diferenças entre valor justo e valor contábil.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Esses passivos compreendem fornecedores e contas a pagar a empresa ligada.

6.10 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou, de forma antecipada, a seguinte norma contábil na preparação destas demonstrações financeiras:

- **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos – conta corrente	71	51
Aplicações financeiras (a)	4.675	5.101
	4.746	5.152

- (a) As aplicações em renda fixa referem-se a certificados de depósitos bancários e quotas em fundos de investimento, os quais possuem liquidez imediata e têm remuneração atrelada à variação dos certificados de depósito interfinanceiro - CDI.

9 Estoques

	2025	2024
Unidades imobiliárias destinadas à venda		
Salas comerciais	2.317	4.780
Terreno	24	51
Formação de imóveis a comercializar		
Imóveis em construção	380	-
	2.721	4.831

São representados por terreno e por gastos de formação de imóveis a comercializar e estão demonstrados ao custo de aquisição. Em 31 de dezembro de 2025, o empreendimento com 812 salas comerciais encontrava-se com a construção concluída e todas as salas comerciais já haviam sido vendidas, porém 9 salas ainda não haviam sido entregues aos compradores.

Os imóveis em construção estão representados por gastos iniciais de formação de nova torre comercial, a qual será destinada à venda.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está representado por 5.000.000 de ações ordinárias nominativas.

Em 17 de setembro de 2024, a Assembleia de Acionistas aprovou a redução de capital social, no valor de R\$ 8.250, através da devolução desse montante em dinheiro aos acionistas e consequente cancelamento de 8.250.000 ações.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 2024, houve redução de capital social da Companhia, o que resultou na necessidade de ajuste da reserva legal para adequação ao limite de 20% do capital social. Dessa forma, foi revertido o montante de R\$ 1.650, sendo esse valor transferido para a reserva de retenção de lucros.

Reserva de retenção de lucros

Em 2024, a Administração propôs a realização da reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 23.170, tendo destinado tais recursos na distribuição de dividendos aos acionistas. A realização em 2024 foi aprovada em Assembleia de Acionistas realizada em 2 de maio de 2025.

c. Distribuição de dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 12% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Durante o exercício de 2025, a diretoria pagou dividendos antecipados, no montante de R\$ 13.825 (2024 - R\$ 28.000) e propôs a distribuição de R\$ 1.263 (2024 – R\$ 3.511). O estatuto da Companhia autoriza previamente a distribuição de dividendos, conforme o proposto pela administração.

11 Receita líquida

	2025	2024
Receita de vendas de imóveis	17.890	42.259
Deduções - PIS e COFINS	(423)	(902)
	<u>17.467</u>	<u>41.357</u>

12 Despesas administrativas - Gerais

	2025	2024
Compartilhamento da estrutura do Grupo (Nota 13)	(1.805)	(1.070)
Pessoal	(268)	(205)
Manutenção	(94)	(311)
Serviços prestados	(88)	(1.440)
Encargos condominiais de salas não comercializadas	(22)	(311)
IPTU e Foro	(6)	(118)
Propaganda	(3)	(41)
Outras	(14)	(13)
	<u>(2.300)</u>	<u>(3.509)</u>

13 Partes relacionadas

A Companhia é parte integrante de um grupo de empresas, denominado Grupo JCPM, que atua de forma integrada e os benefícios das estruturas operacional e administrativa são atribuídos a cada empresa, segundo a razoabilidade das suas operações (Nota 12).

As contas a pagar a empresa ligada, JCPM Shopping Centers S.A., no valor de R\$ 200 (2024 - R\$ 126), referem-se à parcela em aberto que cabe à Companhia no compartilhamento das estruturas operacional e administrativa do grupo econômico no qual está inserida.

O pessoal-chave da Administração está representado pelos diretores, cuja remuneração anual paga ou provisionada corresponde ao pró-labore e aos salários e encargos, no montante de R\$ 370 (2024 - R\$ 268). Os salários e encargos são atribuídos à Companhia por meio de compartilhamento de despesas.

* * *